

OTP Mobilidade S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263H7-055-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	13

OTP Mobilidade S.A.

Relatório da Administração

OTP Mobilidade S.A.

Relatório da Administração

A Administração da OTP Mobilidade S.A. (“OM” ou “Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensagem da Administração

A Administração da Companhia permanece executando ações para assegurar a higidez financeira e consolidar a sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, através da redução de seus riscos financeiros, tendo como ações principais a liquidação de seus ativos.

Em razão do não cumprimento das condições precedentes para a eficácia do Contrato de Parceria Público-Privada (Contrato de PPP) firmado com a investida Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (“VLT GO”), em razão do Estado de Goiás não ter apresentado as garantias necessárias para a captação de financiamento, a Administração da Companhia notificou, em 15 de maio de 2024, o Poder Concedente acerca da rescisão do referido contrato, não tendo, até o momento, avanço nesse processo. A Administração permanece empenhada em concluir o processo de rescisão, buscando o recebimento do reembolso dos gastos incorridos com o processo licitatório para posterior liquidação do passivo devido aos acionistas minoritários. O pagamento aos acionistas está vinculado ao recebimento do reembolso no âmbito do processo de rescisão.

* * *

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
OTP Mobilidade S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas da OTP Mobilidade S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OTP Mobilidade S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Custos antecipados de construção

Chamamos à atenção a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informam que o contrato de Parceria Público-Privada (“Contrato de PPP”) firmado pela controlada Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (“VLT GO”) com objetivo de implantação e prestação de serviços de operação e manutenção do sistema de veículos leves sobre trilhos (“VTL”), continha determinadas condições de eficácia que não foram cumpridas pelo Poder Concedente, esse fato impossibilitou a obtenção dos recursos

necessários para a execução do projeto. A Administração da VLT GO está em busca de alternativas para a solução do problema entre ela e a eventual rescisão do Contrato de PPP. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 não contém ajustes e/ou reclassificações por conta desse fato. Nossa conclusão não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Castro Hansted
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

OTP Mobilidade S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.819	6.242	10.820	6.504
Tributos a recuperar		437	619	587	782
Outros contas a receber com partes relacionadas	7		63		63
Outros ativos	8			3	3
Total do ativo circulante		7.256	6.924	11.410	7.352
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Outros ativos	8			8.966	8.966
Total do ativo não circulante				8.966	8.966
Investimentos	9	3.502	3.644	483	4.349
		3.502	3.644	483	4.349
Total do ativo não circulante		3.502	3.644	9.449	13.315
Total do ativo		10.758	10.568	20.859	20.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OTP Mobilidade S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo circulante					
Fornecedores		51	36	294	248
Impostos, taxas e contribuições sociais		66	3	114	5
Outros passivos			17	46	95
Total do passivo circulante		117	56	454	348
Passivo não circulante					
Partes relacionadas	7	3.910	3.658	3.910	3.658
Outras contas a pagar com partes relacionadas	7			8.817	8.817
Outros passivos		20	20	20	20
Total do passivo não circulante		3.930	3.678	12.747	12.495
Total do passivo		4.047	3.734	13.201	12.843
Patrimônio líquido					
Capital social	10	14.175	14.175	14.175	14.175
Ajuste de avaliação patrimonial	10	(7.104)	(7.104)	(7.104)	(7.104)
Prejuízos acumulados		(360)	(237)	(360)	(237)
Total do patrimônio líquido		6.711	6.834	6.711	6.834
Participação dos acionistas não controladores				947	990
Total do passivo e patrimônio líquido		10.758	10.568	20.859	20.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OTP Mobilidade S.A. e suas controladas

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Operações continuadas					
Despesas operacionais					
Resultado de participações societárias	9	(358)	2		
Gerais e administrativas	11	(271)	(445)	(690)	(728)
Prejuízo operacional		(629)	(443)	(690)	(728)
Resultado de participações societárias	9			(130)	(42)
Resultado financeiro, líquido	12	566	282	692	687
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(63)	(161)	(128)	(83)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(60)	23	(61)	(20)
Prejuízo do exercício		(123)	(138)	(189)	(103)
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				(123)	(138)
Participação dos não controladores				(66)	35
Prejuízo do exercício				(189)	(103)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R\$)	13	(0,01)	(0,01)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OTP Mobilidade S.A. e suas controladas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(123)	(138)	(189)	(103)
Outros componentes do resultado abrangente				
Ganho e perda na variação de participação em controladas		(5.681)		
Total do resultado abrangente do exercício	(123)	(5.819)	(189)	(103)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	(123)	(5.819)	(123)	(5.819)
Participação dos não controladores			(66)	5.716
Total do resultado abrangente do exercício	(123)	(5.819)	(189)	(103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OTP Mobilidade S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas da controladora			Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados			
Saldos em 1o de janeiro de 2024	41.554	(1.423)	(99)	40.032	(6.852)	33.180
Prejuízo do exercício			(138)	(138)	35	(103)
Variação de percentual de participação em controladas		(5.681)		(5.681)	5.681	
Total resultado abrangente do exercício		(5.681)	(138)	(5.819)	5.716	(103)
Redução de capital social	(27.379)			(27.379)		(27.379)
Aumento de capital em controladas feito por não controladores					2.992	2.992
Dividendos de controladas destinados a não controladores					(866)	(866)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.175	(7.104)	(237)	6.834	990	7.824
Prejuízo do exercício			(123)	(123)	(66)	(189)
Total resultado abrangente do exercício			(123)	(123)	(66)	(189)
Aumento de capital em controladas feito por não controladores					23	23
Saldos em 31 de dezembro de 2025	14.175	(7.104)	(360)	6.711	947	7.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

OTP Mobilidade S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(63)	(161)	(128)	(83)
Ajustes para reconciliação do prejuízo das operações continuadas				
Resultado de participações societárias	358	(2)	130	42
Juros e variações monetárias, líquidos	251	172	251	172
Provisão para contingências		(27)		(27)
Total dos ajustes	546	(18)	253	104
Variações dos ativos e passivos				
Demais contas a receber				
Tributos a recuperar	239	(95)	299	(137)
Outros ativos	63		63	
Fornecedores	15		46	(10)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	2	(107)	5	(134)
Outros passivos	(15)	(6)	(24)	26
Total das variações	304	(208)	389	(255)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(57)		(62)	(35)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	793	(226)	580	(186)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao investimento	(216)			
Redução de capital social de controladas		3.134	3.736	(866)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de investimento	(216)	3.134	3.736	(866)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos		(2.588)		(2.588)
Redução de capital social		(27.379)		(27.379)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(29.967)		(29.967)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	577	(27.059)	4.316	(31.019)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.242	33.301	6.504	37.523
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.819	6.242	10.820	6.504
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	577	(27.059)	4.316	(31.019)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Informações gerais

A OTP Mobilidade S.A. (“Companhia” ou “OM” e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas “Grupo”), com sede em São Paulo, foi constituída em 22 de outubro de 2013 tendo por objeto social a exploração de concessões e investimentos em projetos ou empresas no segmento de mobilidade urbana sobre trilhos (sistema de trens, metrô, monotrilhos, veículos leves sobre trilhos e trens regionais) existentes ou que venham a ser licitadas no Brasil. A Companhia poderá exercer as atividades de seu objeto social no país ou no exterior, seja diretamente ou através de subsidiárias, ou através de participação em consórcios ou no capital de outras sociedades.

A Companhia é parte integrante da Grupo Novonor, sendo controlada de forma direta pela OTP Mobilidade S.A. (“OTP”).

a) Atividades operacionais

A Companhia e suas controladas permanecem executando ações para assegurar sua hígidez financeira e consolidar sua sustentabilidade econômico-financeira. Dessa forma, a Companhia tem como meta principal a redução de seus riscos financeiros. Dentre as principais ações estão a desmobilização de ativos e liberação das garantias prestadas.

b) Informações sobre as investidas

Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (“VLT GO”)

A VLT GO, controlada indireta, firmou com o Estado de Goiás, em 21 de fevereiro de 2014, o Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada, para implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos (“Contrato de PPP VLT GO”), contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no Contrato de PPP VLT GO, o que não ocorreu até o momento. Com isso, a Administração iniciou os trâmites necessários à rescisão do Contrato de PPP VLT GO, tendo, em 15 de maio de 2024, notificado o Poder Concedente, o qual indicou que faria as análises internas para posterior retorno à Concessionária. A última movimentação do processo de rescisão ocorreu em 08 de maio de 2025 com a movimentação interna entre unidades da Secretaria Geral do Governo do Estado.

Concessionária Move São Paulo S.A. (“Move São Paulo”)

A Companhia detém, de forma indireta através da controlada OM Linha 6 Participações S.A. (“OM Linha 6”), participação societária na Move São Paulo, a qual firmou Contrato de Concessão patrocinada em 18 de dezembro de 2013 com o Governo do Estado de São Paulo (“Governo de SP”) para a prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo, incluindo a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão (“Contrato de Concessão”).

Problemas de liberações de áreas públicas e atrasos nos processos de desapropriações, bem como dificuldades causadas pelo atraso na aprovação da revisão do cronograma de implantação, por parte do Poder Concedente, geraram obstáculos à Move São Paulo na captação de recursos de financiamento de longo prazo. Como consequência, as obras foram suspensas em setembro de 2016.

A Companhia em 4 de fevereiro de 2020, com a interveniência dos seus acionistas, celebrou um contrato com a Acciona Construcción, S.A. (“Acciona”), prevendo a cessão definitiva do Contrato de Concessão e a transferência dos bens reversíveis da concessão. Essa operação foi concluída em 02 de outubro de 2020, após o cumprimento das condições precedentes. Com isso, todos os direitos, prerrogativas e obrigações, presentes ou futuros, estabelecidos, vinculados ou decorrentes do Contrato de Concessão foram cedidos à Concessionária Linha Universidade S.A., subsidiária da Acciona.

A Move São Paulo permanecerá ativa até o cumprimento de suas obrigações e liquidação de seus passivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 22 de abril de 2026.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir à mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 (a), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que possua recursos para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

2.2. Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas também foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes companhias em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Companhias consolidadas diretamente	País	Participação no capital social (%)	
		2025	2024
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO")	Brasil	90,00%	90,00%
OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linhas 6")	Brasil	78,35%	78,35%

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5 Adoção inicial de novas normas e julgamentos

a) Novas normas e pronunciamentos – Vigentes

Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente. Os pronunciamentos contábeis listados adiante foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Norma	Descrição
IAS 28/ CPC 18 (R3)	A Resolução CVM 211 torna obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, emitido pelo CPC, conforme Anexo "A" da Resolução, revogando a Resolução CMV 118.
ICPC 09 (R3)	A Resolução CVM 212 torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência patrimonial, emitida pelo CPC, revogando a Resolução CVM 124.
IAS 21/ CPC 02 (R2) IFRS 1/ CPC 37 (R1)	A Resolução CVM 213 torna obrigatório para as companhias abertas Documento de Revisão de Pronunciamento Técnico 27, emitido pelo CPC, que apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
OCPC 10	Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações contábeis.

b) Novas normas e pronunciamentos – Não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS S1 – (Resolução CVM 217/2024) IFRS S2 – (Resolução CVM 218/2024)	Em 26 de dezembro de 2023, a CVM aprovou a Resolução 193/23, que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de acordo com as normas emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”), que fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima.	Voluntária a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.
IFRS 18	O <i>IFRS Accounting Standards</i> , órgão responsável pelo processo de normatização contábil internacional, emitiu, em 9 de abril de 2024, a norma IFRS 18, intitulada “ <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i> ”. Esta norma é resultado de um projeto iniciado em abril de 2016 e, agora, emitida em forma final, deve modificar, principalmente, o formato de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício, bem como exigir novas informações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração.	Efetiva para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações contábeis em períodos futuros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas estimativas críticas.

a) Provisão para perdas no valor recuperável de ativos (“impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável.

Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) são determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço e no cálculo do valor em uso.

b) Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias

As provisões para as perdas prováveis são estimadas e atualizadas com base no histórico de desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e de suas empresas Controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas empresas Controladas estão expostas: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber; e **(iii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas empresas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody’s) e o respectivo Patrimônio Líquido das contrapartes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Risco de mercado

Atualmente, a Companhia e suas empresas Controladas estão expostas ao risco de variação de índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas operacionais.

5. Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado

A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

	Notas	Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
		2025	2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.820	6.504
Outros ativos	8	8.969	8.969
Total		19.789	15.473
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores		294	248
Partes relacionadas	7	3.910	3.658
Outros passivos		66	115
Total		4.270	4.021

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos		10	38	46
Aplicações financeiras	6.819	6.232	10.782	6.458
Total	6.819	6.242	10.820	6.504

Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2025, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 95 % e 101% do CDI (31 de dezembro de 2024 - 100 % e 101% do CDI).

No consolidado, o aumento de caixa e equivalentes de caixa, decorre principalmente de recebimento, em 15 de outubro de 2025, de R\$ 3.400 como parte da redução de capital da investida indireta Move São Paulo. Adicionalmente, em 31 de outubro de 2025, a OM Linha 6 recebeu mais R\$ 340, decorrente de uma nova redução de capital por parte da investida.

7. Partes relacionadas**i) Controladora**

	Controladora			
	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado
	Outras contas a receber com parte relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Transações
Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e controladas (b)	-	17	-	-
OTP (a) e (b)	-	5	3.910	(251)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		22	3.910	(251)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos em 31 de dezembro de 2024	63	24	3.658	(336)
---	-----------	-----------	--------------	--------------

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Consolidado

	Consolidado				
	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		Resultado
	Outros contas a receber com partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Outras contas a pagar com partes relacionadas (*)	Transações
Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e controladas (b)	-	217	-	-	-
OTP (a) e (b)	-	13	3.910	-	(251)
SITPAR Participações S.A. (c)	-	-	-	6.391	-
Zania Participações S.A. (d)	-	-	-	2.426	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	230	3.910	8.817	(251)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	63	237	3.658	8.817	(336)

(a) Os valores apresentados em Outros ativos e/ou Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como aluguéis e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas.

(b) Os valores apresentados em Partes relacionadas referem-se a operações de mútuos realizados com a controladora.

(c) Refere-se a valores devidos pelo VLT GO, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, ao seu acionista minoritário.

(d) Refere-se a valores devidos pelo VLT GO, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, a empresa pertencente ao grupo econômico da Guarana Urban Incorporated ("Gumi"), acionista não controlador da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros ativos - Consolidado

	Consolidado	
	2025	2024
Custos antecipados de construção (*)	8.966	8.966
Outros	3	3
Total	8.969	8.969
<hr/>		
Ativo circulante	3	3
Ativo não circulante	8.966	8.966
Total	8.969	8.969

(*) Em 31 de dezembro de 2025, na rubrica “Outros Ativos” no Ativo não circulante, o montante de R\$ 8.966 (2024 - R\$ 8.966) se refere a custos e taxas antecipadas decorrentes de obrigações do processo licitatório na controlada VLT GO. Os gastos foram incorridos de forma obrigatória, a serem reembolsados pelo Poder Concedente, mediante comprovação dos dispêndios incorridos no contexto do Procedimento de Manifestação de Interesse (“PMI”) que resultou na preparação dos estudos e projetos necessários ao processo licitatório, bem como dos custos com sua análise. O reembolso está previsto de forma explícita no edital de licitação e segue ao disposto no Decreto Estadual nº 7.334, de 13 de maio de 2011. Em caso de cancelamento do Contrato de Concessão, a Companhia espera ter seus custos reembolsados pelo Poder Concedente, conforme exigência contratual prevista no Contrato de Concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos**i) Informações sobre as investidas - Controladora**

	Quantidade de ações detidas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
VTL-GO	58.500.000	58.500.000	90,00	90,00	138	117	(220)	(134)
OM Linha 6	63.186.420	63.186.420	78,35	78,35	4.311	4.516	(205)	157

ii) Movimentação - Controladora

Investimento	Saldo no início do exercício	Aumento de capital	Redução de capital	Variação de participação	Equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
VLT GO (a)	105	216	-	-	(197)	124
OM Linha 6	3.539	216	-	-	(161)	3.378
Total	3.644	216	-	-	(358)	3.502
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.644	216	-	-	(358)	3.502
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(15.821)	28.278	(3.134)	(5.681)	2	3.644

(a) Aumento de capital social da VLT GO com ações já subscritas, apenas com a integralização de parte do capital não integralizado, no montante de R\$ 11 no dia 27 de fevereiro de 2025 e R\$ 205 no dia 17 de março de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Movimentação dos investimentos - Consolidado

Investimento	Saldo no início do exercício	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
Move SP (*)	4.349	(3.736)	(130)	483
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.349	(3.736)	(130)	483
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.391	-	(42)	4.349

(*) Participação societária de 33,96%, detida pela controlada OML6 na Move SP. Em 10 de outubro de 2025, foi aprovada em AGE, a redução do capital social da Move SP, no montante de R\$ 11.000, mediante restituição do correspondente valor das ações às acionistas, na proporção da participação de cada uma no capital social da Move SP.

10. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Acionistas	Nº de ações		Participação no capital social (%)	
	2025	2024	2025	2024
OTP S.A.	8.505.000	8.505.000	60,00%	60,00%
Guarana Urban Incorporated	5.670.000	5.670.000	40,00%	40,00%
Total	14.175.000	14.175.000	100,00%	100,00%

b) Ajustes de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado.

	2025	2024
Saldo inicial	(7.104)	(1.423)
Ganho e perda de variação de percentual de participação (*)	-	(5.681)
Saldo final	(7.104)	(7.104)

(*) Efeito da variação no percentual de participação societária decorrente do aumento de capital na controlada OM Linha 6.

c) Destinação do resultado

Em 30 de abril de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a destinação dos prejuízos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para a conta de prejuízos acumulados.

11. Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Classificadas por natureza				
Serviços de terceiros	(271)	(445)	(690)	(728)
Total	(271)	(445)	(690)	(728)
Classificadas por função				
Gerais e administrativas	(271)	(445)	(690)	(728)
Total	(271)	(445)	(690)	(728)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações	852	533	972	953
Total	73	12	88	21
	925	545	1.060	974
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias	(251)	(172)	(251)	(172)
Tributos sobre operações financeiras	(43)	(68)	(49)	(87)
Despesas bancárias	(2)	(23)	(5)	(28)
Ajuste a valor justo sobre partes relacionadas	(63)		(63)	
Total	(359)	(263)	(368)	(287)
Resultado financeiro, líquido	566	282	692	687

13. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, dessa forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2025	2024
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(123)	(138)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	15.600	15.600
Prejuízo por ação (em reais)	(0,01)	(0,01)

14. Evento Subsequente

Em 14 de abril de 2026, a OTP S.A. e a Gumi Urban Mobility Incorporated celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a OTP S.A. adquiriu a totalidade das ações de emissão da Companhia anteriormente detidas pela Gumi Urban Mobility Incorporated. Em decorrência dessa operação, a OTP S.A. passou a deter o controle societário integral da OTP Mobilidade.

* * *